

Em carta de três páginas distribuída aos magistrados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, desembargador afastado, e aposentado por conta própria, se diz vítima de um processo administrativo conduzido sem isenção

# Valter Xavier critica ex-colegas

ANA MARIA CAMPOS

DA EQUIPE DO CORREIO

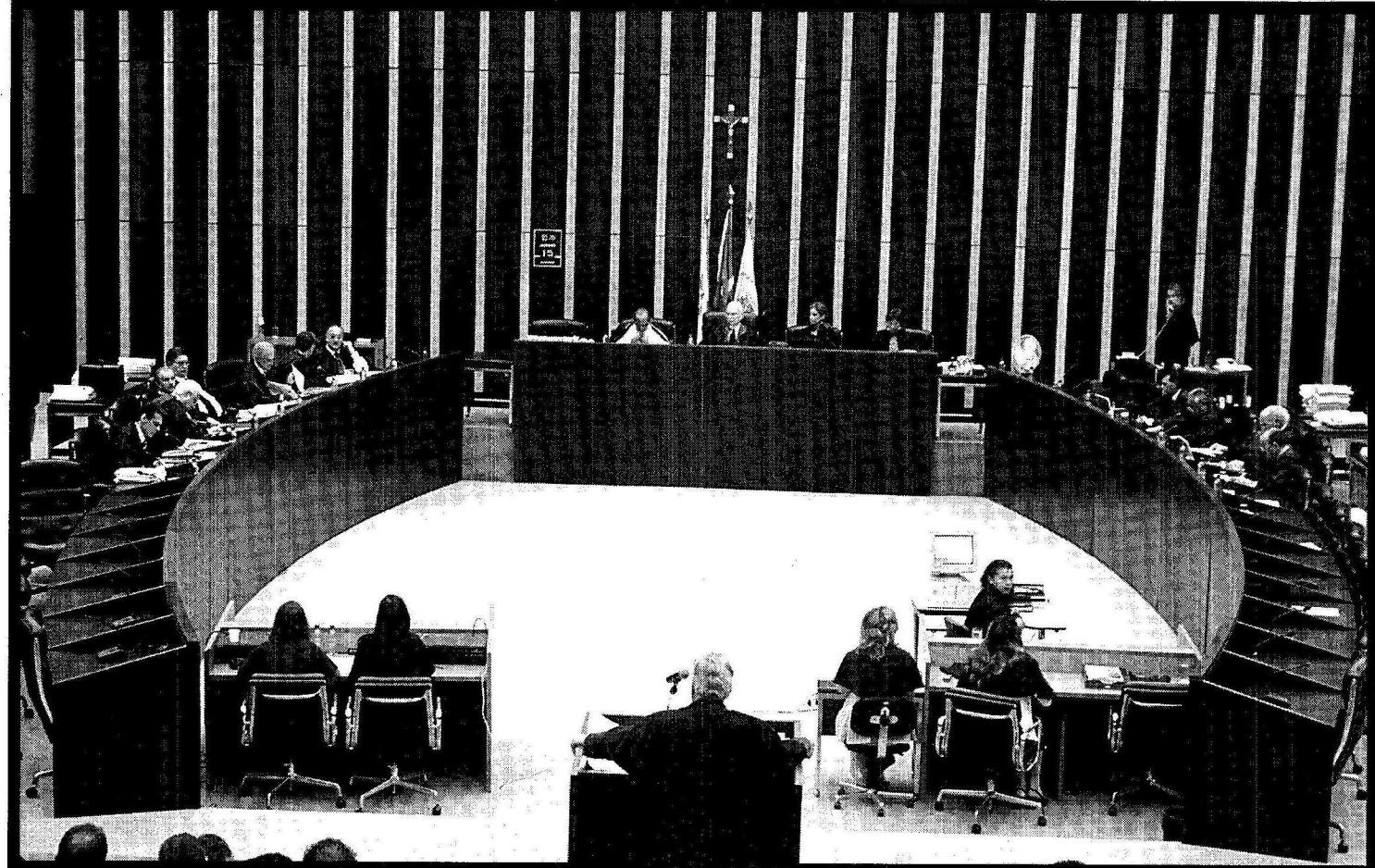
**D**epois de pedir aposentadoria na segunda-feira, o desembargador Valter Xavier enviou uma carta a todos os ex-colegas do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) em que se diz vítima de um processo conduzido sem isenção. Em três páginas de texto, o magistrado, afastado pelos colegas sob a acusação de beneficiar cartórios, afirmou acreditar que seu julgamento teria outro desfecho se ocorresse em outro lugar. "Estivesse eu sendo julgado noutra sede, ou seja, por terceiros e desconhecidos, impensável seria prosseguir em uma segunda fase do procedimento", sustentou.

A carta foi dirigida ao presidente do TJDF, José Jerônimo Bezerra de Souza, com cópia para todos os demais desembargadores e juízes do Distrito Federal. O ex-magistrado agradece a Jerônimo por ter aceito seu pedido de aposentadoria e lamenta a forma como se deu a abertura do processo administrativo disciplinar, ocorrida na última sexta-feira, em que seria investigado pelas relações com donos de cartórios.

O Pleno Administrativo apreciou duas representações contra Xavier, uma proposta pelo Ministério Público e outra pelo desembargador Getúlio Moraes Oliveira, ex-corregedor-geral de Justiça do DF. Na representação, Getúlio Moraes sustenta ter sido vítima de uma denúncia improcedente protocolada por Xavier para desacreditar a sua atuação como corregedor para interferir na aprovação de um plano de reestruturação dos cartórios do Distrito Federal.

Na sessão, 28 desembargadores

Carlos Moura/CB/15.6.04



**PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF: DESEMBARGADORES ANALISARÃO, EM SESSÃO MARCADA PARA HOJE, PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DOS CARTÓRIOS**

acataram a representação de Getúlio Moraes contra Valter Xavier, sendo que 24 votaram a favor do afastamento temporário do colega até a conclusão das investigações. Antes mesmo da abertura do processo, Xavier pediu a aposentadoria com vencimentos proporcionais por tempo de serviço, antecipando-se à maior punição que receberia caso ficasse comprovado que ele feriu a conduta exigida de um magistrado.

Na carta, ele sustenta que teria

se aposentado qualquer que fosse a decisão do Pleno Administrativo na última semana. "Vários colegas e amigos foram informados com bastante antecipação (que a aposentadoria) aconteceria independente do resultado do julgamento", afirmou. Na carta, Valter Xavier diz que o "fator amizade" ou a "quantidade de prestígio de alguns envolvidos" foram fatores que contribuíram para a decisão. Procurado pelo Correio, o desembargador Getúlio

Moraes disse que não comentaria a carta, assim como o presidente do Tribunal de Justiça.

## Representação

Getúlio representou contra Xavier depois que o colega de toga apresentou em abril uma denúncia de que ele propunha uma reestruturação nos cartórios porque tinha interesses familiares, já que seu filho é advogado de causas imobiliárias. A representação contra o desembargador Getúlio foi anali-

sada e rejeitada por unanimidade pelo demais magistrados que compõem o TJDF. Desembargadores consideraram suspeito que Valter Xavier tenha apresentado uma representação contra Getúlio justamente quando ele, então corregedor-geral, propunha a divisão dos cartórios. O MP também apurou que o Instituto dos Magistrados (Imag/DF), presidido por Xavier, recebia contribuições regulares de tabeliões e registradores de imóveis.

## Cartórios na pauta

Na sessão de hoje em que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) vai apreciar o plano de reestruturação dos cartórios, o receio de tabeliões e registradores é de que o julgamento se torne um embate político. Os representantes de cartórios temem que os magistrados acabem associando a proposta da Associação dos Notários (Anoreg/DF) ao desembargador Valter Xavier, afastado sob a acusação de favorecer a classe.

Titulares de cartórios do Distrito Federal apontam falhas nos critérios da proposta apresentada em abril pela Corregedoria Geral de Justiça, mas contam com a possibilidade de que o atual corregedor, desembargador Eduardo Moraes Oliveira, acate a integralmente o plano elaborado na gestão de Getúlio Moraes Oliveira, seu irmão.

Para aprovar o projeto, que prevê a criação de cartórios em cidades não assistidas e a divisão de áreas de atuação, são necessários 17 votos, maioria simples do Pleno do TJDF. Na ocasião, Getúlio sustentou que a proposta, elaborada por uma comissão presidida pelo juiz Paulo Mortari, tinha como objetivo melhorar o atendimento à população.